

**PELO RUMO DO ERMO:
CAIPIRAS, SERTANEJOS E RETIRANTES
EM MARCHA PELO BRASIL**

*Luciana Murari**

Resumo

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, o tema da mobilidade das populações do meio rural foi tratado pela literatura e pelos estudos sociológicos como um dos maiores problemas nacionais.

Interessados em explorar a diversidade das realidades locais, os intelectuais buscaram representar e analisar a experiência do nomadismo como fenômeno característico da vivência do *sertão*. Por um lado, a abordagem do problema proporcionou reflexões importantes sobre as condições e modos de vida das populações pobres no Brasil. Por outro, levou, por vezes, à condenação do homem brasileiro, principalmente em função de sua suposta inferioridade racial.

Palavras-chave

Nomadismo; meio rural; literatura brasileira; pensamento social brasileiro.

Abstract

Between the last decades of the 19th century and the first decades of the 20th, the mobility of the countryside population was treated by literature and sociological studies as one of the chief Brazilian problems. Academic theorists, very much interested in exploring regional differences, tried to analyze and represent the experience of the itinerant population as a distinctive phenomenon of countryside inhabitants. On one hand, this approach generated significant reflections on the conditions and the way of life of the underprivileged. On the other, this method led to the condemnation of the Brazilian people as racially inferior.

Key-words

Nomadic population; Brazilian countryside population; Brazilian literature; Brazilian social history.

*As criaturas banidas deveriam sentir a perplexidade angustiada do deserto.
A natureza de suas almas afizera-se, porém, a esse viver instável; pressentiam que a
mesma vicissitude afligia o país inteiro a toda uma raça numerosa, forte, dispersa cada vez
mais sobre o território expropriado.*

Veiga Miranda, *Redenção*, 1914

Eternos desaclimatados

Durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, a intelectualidade brasileira experimentava um processo de transformação de seus padrões de conhecimento e lançava-se a um profundo mergulho na realidade do país, concentrando-se no estudo e na representação de sua contemporaneidade e de sua formação. Ao contrário do paradigma romântico, identificado com a imagem do Império centrada na idéia de uma essência brasileira atemporal e transcendente, o pensamento científico vinha dinamizar a representação da realidade brasileira, daí em diante concebida sob as lentes da transformação social e da superação do passado.¹ O *sertão*, termo genérico que abarcava contextos sociais variados, tendo em comum apenas seu isolamento em relação à vida mais dinâmica e atualizada do *litoral*, foi uma realidade privilegiada pelos maiores expoentes da vida intelectual brasileira do período. Antítese do ideal civilizatório associado ao progresso dos países europeus, o sertão era identificado com o que de mais peculiar havia na vida brasileira. Sua representação foi, portanto, crivada de ambigüidades, entre o apego sentimental ao passado e a ânsia de transformação característica da modernidade ocidental. Esta significava, por um lado, o ápice da progressão humana e, por outro, a ameaça da uniformização da vida cultural e do esmagamento da tradição brasileira, associada a seu passado português, escravocrata e rural.

Em tal contexto, ensaios de natureza sociológica dedicavam-se a interpretar o legado da colonização, investigar as relações entre sociedade e meio físico, e compreender a formação do povo brasileiro, enquanto a literatura constituía um gênero que viria adquirir continuidade notável e acentuada relevância na cultura do país – o regionalismo literário. A proliferação desse gênero, que paulatinamente foi dotado de um estatuto implícito, de obras canônicas, modelos discursivos, personagens característicos e enredos exemplares, obedecia a um intuito crescentemente realista e documental, buscando desvendar a vivência cotidiana das comunidades peculiares inseridas no corpo da nação, a título de registro etnográfico de realidades sociais “ameaçadas de extinção”, voltando-se para o problema da inserção no homem do meio e para o desnudamento da *natureza humana*. Literatura e

pensamento social elaboravam, daí em diante, uma nova interpretação da sociedade brasileira, com ênfase justamente no que ela poderia conter de dissonante ou de ameaçador em relação aos padrões da modernidade ocidental.

Naquele momento, assumia-se a perspectiva das possibilidades de modernização do país de acordo com o modelo europeu, traduzida no desejo de atualização tecnológica, de acumulação de riqueza e de saber, de racionalização da vida social, de estabelecimento da ciência como modelo de conhecimento sobre a sociedade e guia para seu aperfeiçoamento. Alguns dos mais notáveis observadores da realidade social da época chamavam a atenção para a precária fixação do homem à terra, em suas reflexões sobre a formação da sociedade rural no Brasil. Também a literatura regionalista refletiu a mobilidade das populações do campo através de sua linguagem híbrida, que em muito extrapolou as pretensões propriamente estéticas ao adotar um programa voltado para a interpretação de caráter sociológico e para o registro historiográfico e etnográfico das realidades locais. Os significados da transumância, suas circunstâncias e origens históricas, as relações entre os indivíduos e os grupos marcados por ela, a dependência do homem em relação à natureza, a instabilidade e a transformação na vida social do país são algumas questões envolvidas no tratamento dessa temática.

De fato, o nomadismo era um fenômeno usual no campo, relacionado à busca, pelas populações pobres, de novas possibilidades de sobrevivência em situações de limitação dos recursos disponíveis ou de perturbação social no seu meio de origem. A itinerância era uma prática comum e viável, levando-se em conta as condições restritivas de acesso à propriedade e a situação marginal das populações livres na sociedade escravocrata. Além disso, o exercício autoritário do poder local encontrava como contraponto a alternativa de liberdade representada pela abundância de terras disponíveis.² Os movimentos de população eram ainda conseqüência do próprio modelo de exploração da terra consolidado no país, extremamente precário do ponto de vista tecnológico. A agricultura de coivara, baseada na derrubada e queimada das áreas de floresta, juntamente com o cultivo desordenado e o manejo precário da terra, reduziam a vida útil do solo desmatado a um período muito curto. Embora os campos agrícolas abertos pelo fogo fossem extremamente férteis no período imediatamente seguinte à queimada, seus benefícios praticamente limitavam-se à primeira colheita, em que os sais gerados pela queima da cobertura vegetal e irrigados pelas chuvas formavam um adubo de excepcional eficácia. Contudo, a repetição anual da prática e a ausência de métodos corretivos causavam, além da depredação rápida do meio florestal, o empobrecimento dos solos agricultáveis, que, após menos de uma década de uso, não compensavam os esforços e eram geralmente abandonados ao mato e às pragas. Portanto,

os próprios métodos predatórios da agricultura brasileira, consolidados durante a colonização e ainda predominantes nas primeiras décadas do século XX, conduziram à generalização da experiência do nomadismo no meio rural brasileiro.³

Para a intelectualidade do país, que se voltava crescentemente para o meio rural, as narrativas da transumância forneciam a possibilidade de explorar a relação de estrita dependência do homem em relação ao meio natural. Buscava-se também entender sua capacidade de adaptação a novas condições ambientais e representar as relações de conflito, competição ou solidariedade entre indivíduos e grupos da população pobre premida pelas necessidades da sobrevivência em um meio muitas vezes hostil, no qual o papel mediador da técnica era ainda bastante limitado. Tais questionamentos eram propostos pelo paradigma intelectual em vigor. Tratava-se, naquele momento, não apenas de reproduzir a trajetória das populações rurais em seu deslocamento pelo território na busca por melhores condições de vida, como também de interpretar o fenômeno à luz do conhecimento cientificista, prática usual no período pós-1870, quando ele adquiriu maior ressonância entre a elite brasileira. Lembre-se de que, mais do que um modelo de conhecimento, a ciência convertia-se, a partir de então, em *visão de mundo*, e passava a exercer um forte condicionamento sobre esse olhar voltado para o sertão. Interessadas no estabelecimento das relações entre raça, meio e comportamento, as doutrinas científicas darwinistas adquiriram então notável prestígio e abrangência. A popularidade do darwinismo entre a elite culta do país está relacionada à sua capacidade de fornecer ferramentas retóricas pseudocientíficas de notável eficácia e generalidade.⁴ A partir daí foi constituído um discurso desprovido de rigor científico, mas eficiente do ponto de vista dramático e ideológico, justamente pelo elevado grau de incerteza e indefinição de seus conceitos – que se convertiam em um vocabulário genérico – e seus mecanismos lógicos de interpretação equívoca e amoral.

A situação de acentuada mobilidade das populações rurais brasileiras chamou a atenção dos mais importantes observadores da realidade brasileira a partir das últimas décadas do século XIX. Dentre eles, um dos mais influentes foi Alberto Torres, que associava a ausência de vínculos profundos entre o homem e a terra à condição de inadaptação do homem ao meio no Brasil, *um conflito do explorador da natureza com os mistérios e surpresas de uma natureza desconhecida*.⁵ O autor, que atribuía ao Brasil a missão de tornar-se uma Babel invertida, onde os povos espalhados pelo mundo condensar-se-iam, via o país naquele momento como uma terra de dispersão, onde a exploração extensiva do solo seguia-se de seu abandono e da contínua busca de novas riquezas intocadas. Fixar o homem nas regiões já exploradas e promover a utilização das terras consideradas esgotadas pela agricultura predatória são alguns dos principais pontos de seu programa reformis-

ta, voltado para a convergência dos interesses da produção com os do trabalhador rural ainda a ser fixado à terra. O ensaísta chamava a atenção para a permanência de um modelo de exploração que se assemelhava ao sistema de feitorias, que

(...) seduz e atrai grande número de colonos instáveis, comerciantes em trânsito, ou de breve estadia, sendo habitado e povoado a esmo, cultivado e explorado empiricamente. Jamais os problemas da adaptação do homem ao meio novo e estranho, os da cultura do solo ignorado, os das instituições e dos costumes próprios para essa adaptação e para essa exploração, foram objetos de estudo. O colono e o comerciante localizados no Brasil, seus descendentes e seus discípulos ficaram sendo seres, assim, estranhos a seu habitat, eternos desaclimatados – exploradores vorazes, a princípio, de seus bens, vítimas, afinal de novos exploradores.⁶

Pela incompreensão do meio, pela condição provisória da ocupação territorial, pela ausência do esforço cotidiano, sistemático e constante, o trabalhador brasileiro perpetuaria a imprevidência dos primeiros colonizadores, alheados dos vínculos com a terra característicos daqueles que viam nela sua fonte de vida e de segurança. Ao trabalhador brasileiro pobre restaria, ao contrário, a condição de mera sobrevivência, desprovido da propriedade territorial e dos meios de trabalho. Assim, é como uma relação de conflito constante entre o homem e o território que se define a presença humana no Brasil, na visão de Alberto Torres. Para ele, isso impedia a afirmação dos interesses nacionais, uma vez que o colono teria permanecido como elemento estranho ao meio. Pelo contrário, a riqueza seria aqui definida pelo seu caráter provisório e volátil, sempre sujeita às oscilações do comércio do qual se mantinha dependente, à medida da perpetuação, na visão do autor, de sua condição colonial.

Também para Manoel Bomfim, o colonialismo definia ainda as condições da fixação do homem brasileiro à terra. Para ele, a vida do homem do campo brasileiro mantinha, no final do século XIX, os aspectos fundamentais já adquiridos sob o influxo da colonização, ou seja, em sua linguagem organicista, pela atuação parasitária da metrópole. Para ele, o homem do campo vivia em condições muito semelhantes às do homem selvagem: a apatia, a imprevidência, a nulidade e a ignorância apoiavam-se na facilidade de sobrevivência junto à natureza tropical, o que garantia a liberdade e a ociosidade. Além disso, num regime escravocrata, o trabalhador livre não poderia encontrar nos baixos salários ou na coerção do proprietário estímulo para o trabalho, para o qual não teria sido educado e do qual não conheceria as virtudes. A escravidão teria ainda prejudicado o desenvolvimento dos métodos produtivos, ao mesmo tempo afastando os homens livres do interesse pelo trabalho,

desprovido de sua função educativa: “em tais condições, jamais se poderia formar uma população agrícola rural, ativa, vigorosa, laboriosa, educada e fortalecida pelo trabalho, filiada ao solo, interessada na produção”.⁷

Além disso, observe-se que, na concepção de Manoel Bomfim, o progresso era resultante do domínio direto do homem sobre a natureza, na busca das condições de sobrevivência e de proteção contra as intempéries. Através da experiência contínua num determinado espaço, seriam criadas condições para sua conquista progressiva, processo que conduziria ao desenvolvimento da inteligência, do poder de observação, da percepção da capacidade transformadora do homem e do sentimento de sua pertinência ao meio físico. Nas sociedades coloniais, as condições de desenvolvimento da técnica e da organização do trabalho estariam prejudicadas, uma vez que o colono, aferrado à exploração do escravo característica de um sistema parasitário, evitaria o contato direto com a natureza. Esta teria permanecido desconhecida e tão brutalmente explorada como a força de trabalho, enquanto continuavam estranhos, um ao outro, o homem e a terra. O resultado disso era, na visão do autor, o quadro de dispersão, itinerância e pobreza ao qual se reduziam as populações rurais no Brasil, onde, depois de quatro séculos de colonização, pouco ou quase nada havia sido construído de sólido e de estável.

Também na obra de Oliveira Vianna a prodigalidade do meio tropical desempenha um importante papel na relação do colono com a terra. Para ele, a sociedade rural formada no Brasil durante a escravidão caracterizou-se por uma acentuada independência do senhorio em relação ao campesinato, uma vez que a maioria das tarefas, mesmo as especializadas, eram exercidas pelo escravo. Da mesma forma, o trabalhador livre era, em sua concepção, capaz de viver sem a proteção do fazendeiro, trabalhando na terra alguns dias por semana e exercendo ocasionalmente algum ofício. Em grande parte do tempo, dedicar-se-ia, contudo, ao gozo da sua *indolência proverbial*.⁸ Na visão de Oliveira Vianna, essa ausência de vínculos do operariado rural com a classe proprietária, assim como a existência pouco operosa do trabalhador livre, devia-se à amenidade do clima tropical, em que o pequeno agricultor teria encontrado condições extremamente facilitadas de sobrevivência.⁹ Reproduzindo o discurso edênico dos primeiros cronistas, o sociólogo descreve o ambiente natural do centro-sul brasileiro como terra de abundância e sabores diversos, desprovida de extremos climáticos, onde, portanto, o trabalho regular seria perfeitamente dispensável à sobrevivência: “Daí, dessa generosidade incomparável da terra, a impossibilidade histórica de uma vinculação estreita entre a classe senhorial e o proletariado dos campos”.¹⁰ Some-se a isso, acrescenta o autor, a abundância de terras férteis, que tornaria extremamente facilitada a colocação do pequeno agricultor. Assim, ao contrário do trabalhador rural

europeu, extremamente ligado à terra, que daria a ele conforto e segurança num contexto de carência de áreas livres, o homem do campo no Brasil teria à sua disposição um grande deserto, sinônimo de liberdade e de infixidez:

Nos latifúndios, a porção disponível e aforável é vasta. O trabalhador rural, que abandona o seu lote, está certo que encontrará um outro no latifúndio vizinho. Daí a facilidade com que se desloca, todas as vezes que do solar do fazendeiro uma pressão mais forte e disciplinar baixa sobre a sua indolência ou a sua altivez; tão grande facilidade de deslocar-se, de emigrar, por parte do povo inferior dos campos, é motivo de estranheza para todos os observadores estrangeiros, que têm percorrido o nosso interior rural.¹¹

Oliveira Vianna considerou esse traço da vida rural brasileira, sua mobilidade, a raiz de um dos mais sérios problemas brasileiros: a desorganização do povo e da sociedade. Na ausência de relações de dependência entre proprietários e trabalhadores, os vínculos de patronagem tornar-se-iam frouxos, instáveis, provisórios. Em sua concepção, era impossível manter trabalhadores rurais dependentes e submissos à autoridade do senhor em condições de abundância de recursos naturais, em que sobriariam ao camponês condições de fuga, nomadismo ou ociosidade. Daí a característica central da sociedade brasileira na obra de Oliveira Vianna: o caráter fragmentário e amorfo de tudo aquilo que escapava ao domínio do grande latifúndio no Brasil, o que demandaria a ação coerciva do aparelho estatal, única instituição que seria capaz de impor-se à dispersão generalizada e congregar esforços em torno de um objetivo modernizador.

Caipiras, retirantes, seringueiros, ex-escravos, sobreviventes...

Discussões como essa extrapolaram o domínio do ensaio sociológico e invadiram o campo da ficção, num período em que a literatura era, ainda, uma linguagem privilegiada pela intelectualidade, em sua pretensão de compreender e representar o Brasil na multiplicidade de suas realidades locais. No romance social, gênero voltado para a difusão de projetos utópicos de transformação, a interpretação sociológica mesclava-se à ficção através do discurso de personagens exemplares ou de explicações de cunho pedagógico insertas na narrativa. Exemplar a esse respeito é *Redenção*, de Veiga Miranda, que trata o tema do nomadismo das populações rurais do ponto de vista do exercício autoritário do poder pelos chefes locais e da problemática questão da propriedade territorial no Brasil, abordada na ficção a partir do destino de uma família injustamente “tocada” da terra que ocupava pelo proprietário:

Era assim mesmo a vida, sempre com a trouxa às costas, hoje num sítio, amanhã noutro. Não conheciam o repouso de quem habita uma nesga de terra que é sua, onde as árvores, as plantas, a água que corre, têm vozes enternecedoras de carinho e amizade.

Expulsos naquele momento, deixavam sítios com que se haviam familiarizado pelo trabalho e pelo sofrimento, lugares onde alguns dos filhinhos nasceram, onde todos brincaram alegres, por meses e meses. Seguíam para adiante, sem destino, no vaguear de ciganos, como se os repelisse o próprio solo irado, naqueles retalhos de latifúndios contíguos, intermináveis.

As criaturas banidas deveriam sentir a perplexidade angustiada do deserto. A natureza de suas almas afizera-se, porém, a esse viver instável; presentiam que a mesma vicissitude afligia o país inteiro a toda uma raça numerosa, forte, dispersa cada vez mais sobre o território expropriado.¹²

O autor não se furta, ainda, a investigar as causas do problema, através do discurso de um deputado que subitamente cruza o caminho do protagonista do romance. Ironicamente, trata-se de um bacharel em crítica ao bacharelismo, um político em crítica à política. Segundo ele, a miséria das populações rurais era resultante, sobretudo, da indiferença do poder público, que direcionava sua atenção para o *litoral* e para o comércio externo, condenando a barbárie do banditismo e do fanatismo religioso sem atentar para as verdadeiras causas do problema, que a seu ver estavam relacionadas ao acesso restrito à propriedade territorial no Brasil. Segundo ele, *deserdado da terra*, o camponês não se enraizava e não alimentava aspirações que o incentivassem a romper sua condição de pobreza e superstição, vagueando resignado e ignorante de seus direitos e de sua missão, como *cerne de um povo*, nos destinos da nacionalidade. Esse problema seria, por sua vez, resultante da debilidade das próprias elites tradicionais, incapazes de aprimorar a produção através do estudo científico e mesmo de manter a riqueza conquistada, em função de seu gosto pelo dispêndio de luxo, pela efervescência das cidades e pela comodidade do emprego público, numa sociedade em que o trabalho sofria ainda do aviltamento imposto pela sua formação escravocrata.

A inépcia das elites manifestar-se-ia, por exemplo, na manutenção de técnicas extremamente precárias de uso da terra. A condenação do emprego indiscriminado do fogo pelo agricultor brasileiro, generalizada entre a elite à medida que esta buscava atualizar-se em relação às tecnologias mais avançadas e às inovações científicas aplicadas à vida prática, está na origem da representação mais popular do sertanejo, o Jeca Tatu de Monteiro Lobato. O caricato personagem surgiu pela primeira vez em um artigo de jornal publicado em 1914, no qual o escritor, então proprietário rural, protestava contra a prática da queimada. Esta, em sua visão, extrapolava sua utilidade como técnica agrícola ao converter-se em uma verdadeira obsessão do caipira, *o grande espetáculo do ano, supremo regalo dos olhos e*

dos ouvidos.¹³ A depreciação por Monteiro Lobato do trabalhador da roça, o caboclo que ironicamente teria sua imagem associada à da própria nacionalidade,¹⁴ fundamentava-se não apenas em seu despreparo para o trabalho, como em sua condição de elemento nômade, incapaz de criar laços estáveis com a terra, sobre a qual exercia uma ação destrutiva. Além de fazer uso indiscriminado da prática da queimada, absorveria apenas o que a natureza poderia oferecer com o mínimo possível de trabalho. O uso de técnicas agrícolas depredadoras conduzia ao rápido esgotamento dos recursos naturais disponíveis e obrigava o sertanejo a partir em busca de outras terras para explorar. Para trás ficava o rastro de destruição observado pelo escritor: a floresta se convertia em *capoeira*, mata secundária e empobrecida, daí em *vassourinha*, campo de ervas, em seguida em *sapezeiro*, capim característico de terrenos estéreis e de pouca valia mesmo como pasto. Uma vez esgotados os recursos naturais disponíveis, reiniciava-se o ciclo em outra terra:

É de vê-lo surgir a um sítio novo para nele armar a sua arapuca de “agregado”; nômade por força de vagos atavismos, não se liga à terra, como o campônio europeu, “agrega-se” tal qual o “sarcopite”¹⁵, pelo tempo necessário à completa sucção da seiva convizinha; feito o que, salta para diante com a mesma bagagem com que ali chegou.¹⁶

A referência do escritor ao contínuo deslocamento do caboclo, *com a mesma bagagem com que ali chegou*, aponta a debilidade de sua vida material. Sempre prestes a abandonar a terra, pouco construía, mantendo-se em uma condição de improviso. O deslocamento contínuo implicava, nesse sentido, o desestímulo à acumulação de bens que pudessem estorvar a mobilidade do caipira e o desapego à terra que não lhe pertencia e da qual estava sempre sujeito a ser expulso. *Nada revelador de permanência*: a ausência de mobília, talheres, hortas ou pomares expressaria o desapego do sertanejo pelo “pouso” em que se encontrava. A única marca de sua presença em um terreno era, para o escritor, a destruição da mata, pois sua precária morada de sapé e barro seria prontamente reabsorvida pela terra.¹⁷

Paralelamente à observação dos modos de vida da população rural do centro-sul do país, subentende-se na crítica ao mesmo tempo jocosa e viperina do escritor uma condenação de ordem evidentemente racial ao *caboclo*, elemento étnico característico do sertão brasileiro, freqüentemente sinônimo de *caipira*. Decerto, uma das linhas mais influentes do darwinismo social foi o *racionalismo*,¹⁸ vertente científica voltada para a hierarquização das raças humanas, a definição dos atributos de cada uma delas e o estudo das conseqüências da mestiçagem. De forma bastante ampla, pode-se dizer que o racismo científico direcionou-se para o enaltecimento dos atributos civilizadores da raça branca em detrimento das demais, condenadas por sua pretensa incapacidade de autodeterminação, sua barbárie

inerente, sua desorganização social, sua instabilidade psíquica e social – o que faria as ditas “raças inferiores” inaptas para o progresso. Autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha tomaram a questão racial como principal eixo organizador de suas análises da formação e do caráter brasileiro, o que conduziu a uma visão pessimista das possibilidades de progresso do país, condenado pela formação mestiça de sua população, quando não por sua condição de país tropical. Vozes discordantes como as de Manoel Bomfim e Alberto Torres fizeram-se ouvir, mas não adquiriram – pelo menos neste aspecto em questão – a notoriedade daqueles que encontraram no argumento racial uma forma de reafirmar hierarquias e privilégios na sociedade brasileira recém-egressa da escravidão, na qual cabia reenquadrar o negro a partir de sua identidade racial, na perspectiva da competição e do acesso às oportunidades de colocação num meio social ainda bastante estreito.

Em particular, atente-se para o uso, por Monteiro Lobato, do conceito de *atavismo*, palavra-chave da ciência racial do final do século XIX, que indica a ressurgência de características de ascendentes primitivos no homem atual, referência nesse caso ao nomadismo indígena. Este, visto como signo da inconstância e da fragilidade dos vínculos do homem com a terra, necessários para a formação de sociedades estáveis, capazes de acumular riqueza e conhecimento, é um dos aspectos dessa caracterização das sociedades dominadas por elementos das raças negra e amarela, assim como de seus mestiços. Ainda que não seja um aspecto completamente explicitado pelo autor, sua descrição do caboclo ecoa o pessimismo dos intelectuais cientificistas que lançavam sobre o Brasil, país caracteristicamente miscigenado, a suspeita da inviabilidade dos esforços de modernização que compunham seu horizonte de expectativas.¹⁹ Na descrição de Monteiro Lobato, o caboclo é um personagem emblemático dos entraves ao progresso do Brasil, *quantidade negativa*, em sua definição, uma vez que caminhava ao revés do contínuo aprimoramento, da acumulação de riqueza e de saber característica das sociedades modernas – o nomadismo, aqui sinônimo de uma existência *semi-selvagem*, era o sinal mais visível disso.

A própria obra de Monteiro Lobato testemunha, contudo, que a precariedade tecnológica, a falta de cuidado com a terra e a conseqüente condição de elevada mobilidade no meio rural não era apenas atributo dos pequenos trabalhadores rurais agregados às fazendas, como também da grande agricultura comercial de exportação. Observador acurado das transformações impostas pela cafeicultura na paisagem do interior de São Paulo, Monteiro Lobato atentou para a generalidade do uso do fogo e para a rápida exaustão da terra, cuja cobertura de floresta tropical havia sido substituída pelos monótonos campos de café. A ausência de melhoramentos técnicos capazes de fazer face ao esgotamento do solo induzia a uma agricultura nômade, em contínuo deslocamento pelo território na busca de novas terras de floresta a serem desmatadas. Esse processo havia sido intensificado pela imigra-

ção subvencionada, que incentivou os proprietários de terra a acelerar a incorporação de novas terras ao sistema produtivo, em função da disponibilidade de um vasto contingente de trabalhadores em condições muito favoráveis ao empregador.²⁰ A expansão cafeeira no oeste paulista teve como contraponto o abandono das regiões de ocupação mais antiga, deixando para trás a marca da decadência.

Foi como um *progresso cigano*, incapaz de fixar-se na terra, que Monteiro Lobato qualificou a transformação da paisagem imposta pela expansão da agricultura cafeeira no interior de São Paulo, no início do século XX. A permanência dos empreendimentos agrícolas obedecia ao mesmo ciclo que condicionava a presença do caboclo num terreno e que se encerrava com o esgotamento da fertilidade do solo.²¹ Nada ficava como remuneração pelo esgotamento do solo, e como lembrança da riqueza esvaída restavam os resquícios dos tempos de prosperidade que, na escrita de Euclides da Cunha, transformam-se na visão fantasmagórica de *todas as sombras de um povo que morreu, errantes, sobre uma natureza em ruínas*.²² Numa paisagem em que, cada vez mais, o progresso era nômade, o signo privilegiado da decadência era a *tapera*, termo de origem indígena que indicava as aldeias abandonadas na busca de terras mais férteis, e que foi incorporado pela literatura como símbolo do caráter provisório e itinerante da ocupação humana do sertão do centro-sul do Brasil. A *tapera* acabou por se tornar um dos signos mais recorrentes na literatura regional, simbolizando não tanto o abandono da terra pelo homem, como sua derrota na luta contra a natureza, que retornava vitoriosa e vingativa aos cenários em que a marca da presença humana era a rápida obsolescência de seus projetos. Num país de populações nômades, o progresso mesmo tornava-se nômade.

Não apenas a rotina dos métodos agrícolas e a precariedade do sistema de uso da terra induziam à busca contínua de novas áreas, impondo o nomadismo como condição de sobrevivência para as populações pobres e de continuidade da exploração agrícola extensiva para os grandes empreendimentos comerciais. Alguns fenômenos de perturbação da ordem socioeconômica no interior brasileiro contribuíram para o agravamento do problema, na segunda metade do século XIX. Esse é um período particularmente intenso do ponto de vista dos grandes movimentos de população no meio rural brasileiro. A extinção do tráfico de escravos, com o conseqüente estímulo ao comércio interno de mão-de-obra, os grandes deslocamentos sazonais de mão-de-obra em direção às regiões econômicas mais dinâmicas,²³ as secas no Nordeste, a Guerra do Paraguai e conflitos internos como a Revolução Farroupilha, as guerras de Canudos e do Contestado, além dos freqüentes antagonismos locais, promoveram o deslocamento de consideráveis contingentes de população, no interior do espaço rural e em direção aos centros urbanos.²⁴

“Se lhes perguntassem para onde iam, decerto não poderiam responder. Iam ao acaso, pelo *rumo do ermo*”, escreveu Afonso Arinos.²⁵ Acompanhando em narrativa ficcional o destino de um grupo de sobreviventes do massacre de Canudos – que, antes do conflito, chegara a ser a segunda maior cidade da Bahia –, o escritor observou o quanto a trajetória dos retirantes implicava a criação de novos vínculos afetivos, que vinham precariamente substituir suas referências sociais, culturais e sentimentais violentamente destruídas pela guerra. Na imaginação do escritor, mesmo a memória da cidade onde haviam vivido parecia àqueles sobreviventes cada vez mais irreal, lançados a um mundo completamente desconhecido onde se viam despojados de tudo o que havia composto sua vida privada e social: casas, paisagens, famílias, sentimentos e costumes não mais existiam, e não mais faziam sentido nem mesmo na lembrança desconexa da cidade incendiada. Em tom messiânico, o escritor imaginou a reconstituição da humanidade daqueles sobreviventes que, a princípio, pareciam “um bando de desertores de túmulos”, através da formação de novos laços de solidariedade e de uma nova família:

A caravana triste se enquadrou na paisagem como um grupo bíblico, sobre o qual descia a luz etérea da bem-aventurança.

(...)

Estava ali a velha como a providência benfazeja, a matriarca de uma tribo perseguida, a mãe bendita dos beduínos da fé e do amor.

Profundamente crente e simples nos tempos da complexidade e da dúvida, aquela tribo foi rude e bárbara, porque amou e creu. Escorraçada como perturbadora da paz e do equilíbrio, porque fora dominada pela paixão que subjuga as almas simples e fortes, não soube viver, mas viveu. Tia Joana levantou a cabeça. Deus lhe tomara Conceição e lhe dava agora uma prole inteira. Havia ali uma inversão na marcha da vida. A velha caminhava ao contrário do tempo, passeando os olhos desde os cabelos grisalhos de Luís ao rosto infante da órfã.

Estavam ali seus filhos.

(...)

E a tribo marchou para o deserto.²⁶

Ausente do horizonte de transformação imaginado pela elite, condenada por sua condição racial e/ou por sua pretensa incapacidade de adaptação à vida civilizada, a população pobre do sertão brasileiro era muitas vezes forçada à itinerância pela necessidade de fugir

à violência dos chefes locais, do recrutamento forçado que se tornara um mecanismo de submissão da população livre tida como inaproveitável e ociosa.²⁷ A extinção do trabalho escravo foi também um momento decisivo da história dos movimentos de população no meio rural, uma vez que possibilitou ao liberto uma experiência até então proibida: o movimento. Abandonando as fazendas, os negros somaram-se aos já expressivos contingentes de homens livres que sobreviviam à margem do sistema escravista, compondo uma população pobre dedicada sobretudo às atividades de subsistência. Recusando-se ao sedentarismo, recusava-se também à violência dos alistamentos e das lutas de poder local, podendo assim reconstruir a experiência de acordo com suas próprias noções de liberdade. Enquanto, em regiões menos capitalizadas da economia brasileira, foram realizados novos ajustes no mercado de trabalho de modo a acomodar, ainda que de forma provisória e instável, o negro liberto, nas regiões econômicas mais dinâmicas, dedicadas à agricultura de exportação, a força de trabalho do escravo foi substituída pelo colono europeu.²⁸

O conto *Banzo*, de Coelho Neto, observou esse processo de marginalização do trabalhador negro, representando a Abolição como o desmoronamento do universo de referência de um antigo escravo que, com o peso da idade, não fora capaz de reconstituir seus modos de inserção na sociedade, restando como uma relíquia viva dos tempos da escravidão. O conto é uma reflexão sobre as transformações sociais observadas no Brasil do início do século XX, do ponto de vista do velho negro saudoso da *felicidade do cativo*. Expulso da fazenda na qual vivera a maior parte de sua vida, contando daí em diante apenas com a caridade pública, errante entre as fazendas da região, o velho lançava seu olhar melancólico sobre uma realidade social transformada pela presença do imigrante europeu, enquanto “os negros morriam de fome nos caminhos, não tinham onde morar, ninguém os queria, eram perseguidos”.²⁹ Desponta nesse texto, além do favorecimento social do imigrante em relação à mão-de-obra nacional, a noção do alijamento do negro no processo de modernização. Aquele que primeiro promovera a ocupação econômica do território se via naquele momento excluído das transformações sociais e econômicas em curso, num contexto de reorganização das forças produtivas e de fundação de um novo ciclo de prosperidade sob a liderança de novos empreendedores e do colono europeu em ascensão, na definição do velho escravo, “o usurpador que entrara apoderando-se de tudo”.³⁰

Sob a influência das correntes literárias realistas e naturalistas, a literatura da época adotou a temática do nomadismo e produziu a partir dela uma representação pretensamente objetiva, documental e realista das questões contemporâneas, acreditando poder assim revelar a natureza humana em sua verdadeira essência ou seja, guiada pelos instintos e pelas necessidades da sobrevivência. As secas que atingiam o sertão nordestino periodicamente – a mais arrasadora estendeu-se por todos os estados do Nordeste em 1877,

seguindo-se outras, em intervalo médio de uma década – forçaram consideráveis contingentes de população ao abandono de sua terra de origem. Verdadeiras catástrofes sociais tornaram-se a ambiência de alguns romances valiosos do ponto de vista da interpretação literária dos grandes problemas nacionais e da representação das populações pobres pela elite intelectual brasileira. Antes mesmo da fixação do paradigma naturalista no Brasil, José do Patrocínio publicou um romance documentado por uma série de reportagens jornalísticas realizadas na região, voltado para a dramatização da experiência dos sertanejos durante sua marcha em direção ao litoral, submetidos à manipulação das elites políticas locais. A ênfase está na fragilidade dos desenraizados, subitamente desprovidos de suas referências culturais, “em cujos semblantes transpareciam, com a mesma intensidade, as torturas da fome e da saudade do torrão natal abandonado”.³¹

O tratamento do tema, que alcançaria sua máxima realização literária com o modernismo, da década de 1930, incluiu a análise das condições de sobrevivência em uma situação de extrema limitação dos recursos materiais disponíveis, observando também a experiência dos retirantes como o momento mais intenso de um processo de perda cultural infringido pela seca. Em *A besta*, Viriato Correia observou o quanto a anulação dos ciclos naturais durante o estio implicava a dissolução das marcas de tempo e espaço em torno das quais o sertanejo organizava seus ritmos de vida, em torno, sobretudo, da religiosidade católica popular:

Dezembro veio: o Natal passou, viúvo de sambas e palpitares de viola à beira das latadas. Chegou janeiro, e janeiro foi-se e os laranjais não floriram, as raparigas do campo não tocaram os cabelos, e os terreiros não tiveram voluptuosidades de danças.

(...)

Maiο entrou e maio saiu, sem um florão nos ramos das árvores, sem os trinta e um dias de festa em honra a Maria: sambas ao luar, saracoteios de chorado, ardendo nos terreiros. As violas dormiam desencordoadas pelos cantos das palhoças, e as rimas das trovas nunca mais afloravam à boca dos tropeiros.³²

A mais dramática representação da emigração nordestina durante as grandes secas surgiu da pena de um autor hoje pouco conhecido, mas que apesar do questionável talento literário, desenvolveu uma peculiar ficção naturalista que privilegiou estudos extremos sobre o comportamento humano no ambiente hostil do sertão brasileiro. Catedrático em ciências naturais, o escritor Rodolfo Teófilo dedicou sua primeira obra sobre a seca a estudá-la do ponto de vista científico.³³ Em seguida, adotou-a como pano de fundo em sua obra ficcional *A fome*, em que acompanhou uma leva de retirantes cearenses que partiam em

direção à capital, em uma trajetória de paulatino embrutecimento, uma vez que se desenraizar significava, para o autor, o primeiro passo para a desumanização. Um dos aspectos desse processo é a dependência completa do homem em relação à natureza, concebida como uma entidade indiferente a seus objetivos, e que tanto poderia fornecer aos emigrantes algum alívio à sua sede e sua fome, quanto podia mostrar-se uma fonte permanente de ameaça, através, por exemplo, da ingestão de alimentos tóxicos ou venenosos. A questão central nesse ponto é que a errância implicava o enfrentamento da natureza humana quando submetida à luta pela sobrevivência e desprovida dos vínculos e convenções sociais que em uma situação de estabilidade social poderiam refrear a violência dos seus instintos e permitir a criação de relações de cooperação e solidariedade. A difusão generosa do darwinismo social entre a intelectualidade brasileira consagrou na literatura da época essa linguagem voltada para a exacerbação da idéia do conflito, da luta e da competição entre indivíduos, espécies e o meio físico-social, dramaticamente representada na obra de Teófilo por cenas violentas que culminam na antropofagia.

À medida que as referências espaciais eram abandonadas, o sertanejo sentia-se alienado de sua memória e sua identidade, como o “judeu errante”, alcunha do personagem de Coelho Neto: um sertanejo que chegara ao Rio de Janeiro como retirante da seca e que vinha aos jornais demandar ao presidente da República uma indenização pela perda da casa em que havia nascido no interior do Ceará, e que ele se vira forçado a abandonar definitivamente, para viver de esmolas na grande cidade. Sua trajetória do sertão até a capital é reproduzida pela narrativa em tom de melancolia e horror, acentuando a desumanização progressiva de retirantes “tangidos como um rebanho”, e a vida desprovida de família, posses e amizades num ambiente alheio. A melancólica sensação de desenraizamento expressa pelo retirante conta com a solidariedade do narrador, ele também, como a maioria dos escritores dedicados à escrita regionalista, um sertanejo na grande cidade, sentimental e saudoso de sua terra de origem.

– Nessa casa vi morrerem meu pai e minha mãe, ali cresci, meu senhor, ali me fiz homem no meio do que era meu... Veio a seca e levou tudo...

(...)

– Mas... dez mil-réis por uma cabana?

– Ainda é pouco... isso mesmo não paga o que perdi, meu senhor... De que serve um palácio... se eu nasci na cabana que o sol queimou, se minhas recordações ficaram na cabana...? Nunca mais hei de ver o canto do meu berço nem o alpendre onde meu pai vinha sentar-se à tarde, enquanto minha mãe fiava... Dez mil contos! Dez mil contos não pagam, meu senhor. E eu, comovidamente, concordei: não pagam.³⁴

O mito do judeu errante, tomado como metáfora da condição nômade das populações rurais brasileiras, teve uma de suas mais notáveis reverberações através de *Judas Ashverus*, dramático relato em que Euclides da Cunha narra a festividade do sábado de aleluia entre um grupo de seringueiros nordestinos na Amazônia. Recorde-se que o apogeu da economia da borracha na região coincidiu com as rigorosas secas que atingiam o Nordeste do Brasil nas últimas décadas do século XIX, absorvendo grandes somas de retirantes que, em geral, eram alistados para o trabalho nos seringais mais distantes, onde se submetiam a duras condições de trabalho, violência e coerção, alienados da vida em sociedade num exílio penoso no interior da mata. “Excomungado pela própria distância que o afasta dos homens”, a lembrança das comemorações da Semana Santa em sua terra de origem traz para o seringueiro, na representação de Euclides da Cunha, o sentimento de que todos os dias de sua vida se arrastavam como uma Sexta-Feira da Paixão para a qual não havia redenção possível. Numa vida de monotonia e jejum constantes, a simbólica vingança de sua condição seria proporcionada pela malhação do Judas, aqui não apenas um boneco de palha improvisado, mas um manequim minuciosamente preparado pelo seringueiro como imagem irônica de si mesmo. O ritual adquire para o escritor, em seu refinado estudo da sensibilidade e da psicologia do sertanejo imigrante na Amazônia, o sentido de uma autopunição: a ele, nada mais restava senão culpar-se pela “ambição” e “credulidade infantil” que o haviam afastado de sua terra em busca da riqueza amazônica – condenação, é certo, demasiado severa levando-se em conta as penosas condições de sobrevivência no ambiente da seca. O apóstolo infiel da narrativa sagrada converte-se, na lente de Euclides da Cunha, em Judas Ashverus, mito medieval freqüentemente revisitado pela literatura, figura agônica condenada a errar pela terra até o dia do Juízo Final:

E Judas feito Ahsverus vai avançando vagarosamente para o meio do rio. Então os vizinhos mais próximos, que se adensam, curiosos, no alto das barrancas, intervêm ruidosamente, saudando com repetidas descargas de rifles aquele bota-fora. As balas chofram a superfície líquida, eriçando-a; cravam-se na embarcação, lascando-a; atingem o tripulante espantoso; trespassam-no; ele vacila um momento no seu pedestal flutuante, fustigado a tiros, indeciso, como a esmar um rumo, durante alguns minutos, até se reaviar no sentido geral da correnteza. E a figura desgraciosa, trágica, arrepiadoramente burlesca, com os seus gestos desmanchados,

de demônio e truão, desafiando maldições e risadas, lá se vai na lúgubre viagem sem destino e sem fim, a descer, a descer sempre, desequilibradamente, aos rodopios, tonteando em todas as voltas, à mercê das correntezas, “de bubuia” sobre as grandes águas.³⁵

Na escrita de Euclides da Cunha, a instabilidade da presença humana era vista como uma marca necessária da experiência amazônica, na qual todos os esforços de civilização vinham sendo sistematicamente desafiados pela índole imperfeita, inacabada, fragmentária da região. Em sua obra amazônica, o escritor a define, sob todos os aspectos, do ponto de vista de sua incapacidade de promover a criação de sociedades estáveis, resistindo à presença humana de modo que apenas os mais fortes sobreviveriam a um penoso processo de adaptação. Esse processo seria contudo estorvado pela própria natureza da região, em que as águas solapavam a terra, em que a paisagem aparentemente monótona estava em movimento contínuo, desafiando sua apreensão pela ciência e sua posse pela civilização. Num meio cujo traço característico é, na obra de Euclides da Cunha, justamente a volubildade, a errância do homem surge como verdadeira condição de ajustamento ao ambiente: para o escritor, a monotonia era ali o sentimento daqueles que se movimentavam, pois os que restassem estáticos poderiam observar a natureza ainda por fazer-se e desfazer-se. A história da ocupação humana na região é, portanto, escrita como uma sucessão de movimentos de abandono dos esforços de povoamento, em ritmo tumultuário e fugaz, com um legado de ruínas.

O tema da presença nordestina na Amazônia não podia escapar à pena de Rodolfo Teófilo, auto-intitulado “cronista dos infortúnios do Ceará”.³⁶ Em *O Paroara*, ele acompanhou o destino de um imigrante nordestino na Amazônia. O personagem central do romance é um pequeno agricultor cearense que, quando criança, perdera-se dos pais, retirantes da seca de 1877, e buscava reverter a condição de nomadismo retornando à casa paterna e reatando seus laços com a terra natal. Sua tentativa de fixação foi, contudo, frustrada por um novo período de seca, durante o qual, iludido por promessas de riqueza fácil, emigrou para a Amazônia, abandonando a mulher e os filhos. Embora a temática principal do romance seja a luta pela vida ante a hostilidade do meio físico – inicialmente, na primeira parte da obra, o sertão nordestino, e na segunda parte, a Amazônia –, o escritor conclui que o nomadismo das populações rurais do Nordeste era causado pelo “instinto de vagabundagem inato ao mestiço”, ou seja, a instabilidade psíquica atribuída à mistura de instintos contraditórios de etnias distintas, que impediria o estabelecimento de laços efetivos com o meio e a sociedade.³⁷

A imagem ambígua do povo – heróico, mas tido como racialmente inferior – na literatura amazônica é também exemplar no que se refere ao desconforto do intelectual em sua

representação naturalista do povo no Brasil. À medida que o fenômeno do nomadismo impunha-se como uma temática fundamental a esses estudos, a adaptação das espécies ao meio, na linguagem da época, tornava-se um tópico a ser necessariamente abordado. Na visão do jornalista Mário Guedes, a Amazônia, da qual se ocupou no romance *Os seringais*, representava uma excepcional reserva de recursos para a humanidade, mas impunha um processo de lenta e brutal aclimação.³⁸ Naquele momento, em que a expansão do extrativismo da borracha trazia à região significativos aportes de população, o autor considerava que se dava o primeiro passo para sua ocupação efetiva. Para ele, desbravar aquele meio, humanizá-lo, era tarefa árdua a ser desempenhada pelo trabalhador nacional, física e moralmente mais forte e mais resistente que o homem europeu, apenas capaz de habitar a região depois que suas condições sanitárias já tivessem sido suavizadas pela primeira leva de povoadores. Por mostrarem-se extremamente complexas as demandas de aclimação do colono às novas terras, a história do povoamento da Amazônia seria bem mais heróica do que a das bandeiras que devassaram o interior do país e a da conquista do Oeste norte-americano. No caso do imigrante que chegava à Amazônia:

Ele vinha de uma terra flagelada pela seca e penetrava em outra flagelada pela água. Encontrava-se em presença de uma natureza diametralmente oposta.

Tudo diferente: – a flora, os animais, a própria terra que lhe fugia dos pés, ora encharcada, ora não. Nada que lhe lembrasse a terra natal, os penates... Nem uma pedra, nem uma ave, nem um animal... Nada! Tudo outro... Tudo!

E, por conseguinte, contrariamente diversos eram também os sistemas de vida, de trabalho, de locomoção. Isso nas mínimas coisas, o que exigia de chofre uma rápida adaptação, como que impondo não uma transmutação, ou inversão do homem.³⁹

A esse processo de adaptação, poucos imigrantes escapavam ilesos, mas a missão do sertanejo na Amazônia era interpretada pelo escritor com um finalismo tipicamente evolucionista: seria preciso que o mestiço nordestino, tido como incapaz de grandes feitos intelectuais ou elevação moral substantiva, “aplainasse” o caminho “para o levantamento de futuras civilizações, para o triunfo das raças mais fortes, que têm por isso mesmo mais do que ele direito à vida”.⁴⁰ À inglória experiência do retirante nordestino na Amazônia atribuía-se, dessa forma, um sentido histórico mais amplo, como intermediário do progresso que não estaria apto a promover e do qual não poderia participar. Seu texto, precedido de tais considerações, acompanha os eventos, as práticas e os modos de vida do imigrante na Amazônia, seu lento processo de adaptação física e cultural ao ambiente, sua luta pela sobrevivência, à contracorrente do meio – aqui estão implicados não apenas a floresta,

como a vida social, organizada em torno da escravidão do trabalhador, através do controle e da coerção dos “homens fortes” do lugar. Escreve-se, assim, a história de heróis inglórios, homens desenraizados que têm no exílio amazônico a punição pelo abandono da terra natal.

O interesse pelo tema da instabilidade das populações rurais demonstra a particular inflexão da literatura brasileira, a partir das últimas décadas do século XIX, no sentido das grandes questões sociais do país. Do mesmo modo, o ensaísmo sociológico buscou em sua formação colonial as raízes da precária fixação do homem brasileiro à terra, delineando a partir daí projetos voltados para a incorporação do meio rural ao esforço modernizador. A escrita literária e o pensamento social convergiam, naquele momento, na formação de um discurso de sincronização do país com o progresso ocidental, o que, se por um lado os tornou capazes de traçar esboços eloqüentes das grandes questões nacionais e abordar os problemas locais do ponto de vista da possibilidade de transformação do país, por outro lado, muitas vezes, criou embaraços pela ambigüidade de sua visão do povo e da identidade de uma nação marcada pela origem colonial. O que se observa, portanto, é a freqüente adoção de um olhar aristocrático, através do qual os intelectuais pareciam retirar-se da sociedade da qual faziam parte, lançando sobre ela inexoráveis condenações de ordem geográfica e racial. A errância, fenômeno que aparentemente negava a capacidade da população de se fixar à terra e nela estabelecer atividades estáveis, traduzia para essa elite uma ameaça à modernização e à inserção do país nos padrões da civilização européia, ao negar qualquer esforço de acumulação, de estabilidade e de integração do homem pobre às esferas constituídas de poder. O que resta, em muitos casos, é a imagem de intelectuais assombrados pelo temor de que o povo viesse a estorvar a constituição da nacionalidade. Ao mesmo tempo, a literatura regionalista lançava, em outro registro, um olhar afetivo em direção ao primitivismo das origens rurais, escrevendo a memória sentimental de um mundo obsoleto, mas ainda repleto de lirismo.

Recebido em agosto/2003; aprovado em setembro/2003

Notas

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro (MG). Professora titular de História do Brasil e Cultura Brasileira no Centro Universitário Newton Paiva.

- ¹ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República brasileira: viagem ao mesmo lugar. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 1989. pp. 303-321.
- ² WISSENBACH, Maria Christina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999. V. 3. pp. 49-130. Citação: pp. 55 e 56.
- ³ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- ⁴ Longe de basear-se num corpo teórico fechado e consistente, o darwinismo social formou-se a partir de noções bastante amplas: a regulação da natureza por um conjunto de leis, ou seja, sua constância e previsibilidade; a inserção do ser humano nos mecanismos da evolução natural, tanto em seu aspecto orgânico, quanto em sua psicologia e interação social; a classificação dos grupos humanos, em particular as etnias, segundo distintos graus de perfectibilidade; a crença na sobrevivência dos mais aptos, num ambiente de conflito e de desigualdade inerentes. HAWKINS, Mike. *Social darwinism in European and American thought, 1860-1945 – nature as model and nature as threat*. Cambridge, Cambridge University, 1997.
- ⁵ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4 ed. São Paulo/Brasília, Nacional/Ed. Universidade de Brasília, 1982. 1 ed. 1914. p. 56.
- ⁶ TORRES, Alberto, op. cit., nota 5, p. 96.
- ⁷ BOMFIM, Manoel. *A América Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1993. p. 133.
- ⁸ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história – organização – psicologia*. 5 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952, v. 1, 1. ed. 1920. p. 184
- ⁹ O tema, de notável repercussão na história intelectual brasileira, consolidou-se a partir da obra do historiador inglês Henry Thomas Buckle, que afirmava a inviabilidade da civilização nos trópicos com base, entre outros fatores, na extrema abundância e fertilidade da natureza. MURARI, Luciana. *Tudo o mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002. Capítulo 1.
- ¹⁰ VIANNA, Oliveira, op. cit., nota 8, p. 186.
- ¹¹ Idem, ibidem.
- ¹² MIRANDA, Veiga. *Redenção*. São Paulo, O Pensamento, 1914. p. 110.
- ¹³ LOBATO, Monteiro. “Velha Praga”. In: *Urupês*. 27 ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. pp. 139-144. 1. ed. 1918. p. 143.
- ¹⁴ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. pp. 124-132.
- ¹⁵ O termo *sarcoptídeo* denota o ácaro causador da sarna, o que inspirou a Monteiro Lobato a expressão “pioelho da terra” para referir-se ao caipira.
- ¹⁶ LOBATO, Monteiro, op. cit., nota 13, p. 141.
- ¹⁷ LOBATO, Monteiro. “Urupês”. In: *Urupês*. 27 ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. pp. 145-155. 1. ed. 1918. Citações: pp. 148 e 149.
- ¹⁸ O conceito de *racialismo*, referente aos estudos científicos voltados para a identificação das relações entre etnia, história e progresso social, foi sugerido por Todorov como alternativa ao uso do termo

racismo, comportamento social que dispensa justificação científica. TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993. V. 1.

¹⁹ Esse pessimismo, característico da visão de mundo estritamente naturalista, seria posteriormente revisto pelo próprio Monteiro Lobato, que, ao abraçar a causa higienista, acabou por liberar o caipira da inexorabilidade das condenações raciais. LOBATO, Monteiro. *Problema Vital*. 12 ed. São Paulo, Brasiliense, 1951. 1. ed. 1918. LIMA, Nisia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan; Iuperj/Ucam, 1999.

²⁰ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2 ed. São Paulo, Lech, 1981.

²¹ LOBATO, Monteiro. "Cidades mortas". In: *Cidades Mortas*. 16 ed. São Paulo, Brasiliense, 1974. 1 ed. 1919. pp. 3-6.

²² CUNHA, Euclides da. "Entre as ruínas". In: *Contrastes e confrontos*. 5 ed. Porto, Companhia Portuguesa, 1919, 1 ed. 1907, pp. 257-263. Citação: p. 263.

²³ Monteiro Lobato registrou o emprego da força de trabalho sazonal de sertanejos baianos pela cafeicultura paulista, em particular na tarefa do desmatamento para abertura de novos campos agrícolas: "As hostes de sertanejos, os mais rijos do Brasil, de machado às costas e uma fúria de destruição nos músculos. O duelo entre o herói de dentes apontados a faca e a seiva bruta. O machado que canta no róseo das perobas. A foice que risca a miuçalha vegetal. A queimada, depois... E depois o sertanejo que volta à querência com o dinheiro no lenço – pago e repago da faina com o espetáculo fulgurante da queimada que leva impresso na retina".

LOBATO, Monteiro. "A onda verde". In: *A onda verde*. 12 ed. São Paulo, Brasiliense, 1967, 1 ed. 1921, pp. 3-8.

²⁴ WISSENBACH, Maria Christina Cortez, op. cit., nota 2, p. 55-56.

²⁵ ARINOS, Affonso. Os jagunços. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1969, 1 ed., 1898, pp. 121-384. Citação: p. 380.

²⁶ ARINOS, Affonso, op. cit., nota 25, pp. 382 e 383.

²⁷ O terror infundido pelo alistamento militar entre a população sertaneja masculina foi mais uma das motivações para abandono do lar. Esse aspecto foi registrado, na literatura, por Alberto Rangel, em sua descrição do rancho sertanejo como refúgio de proteção e defesa na fuga do recrutamento e do censo. RANGEL, Alberto. "O rancho". In: *Lume e cinza: fantasias, contos e recontos, fructos da terra*. Rio de Janeiro, Livraria Científica Brasileira; Sussekind de Mendonça, 1924, pp. 278-282. Monteiro Lobato, em sua descrição do Jeca, abordou o problema: "Guerra? T'esconjuro! Meu pai viveu afundado no mato p'ra mais de cinco anos por causa da guerra grande. Eu, para escapar do 'recrutamento' sou inté capaz de cortar um dedo, como o meu tio Lourenço"... [Guerra, defesa nacional, ação administrativa, tudo quanto cheira a governo resume-se para o caboclo numa palavra apavorante – "recrutamento"]. LOBATO, Monteiro, op. cit., nota 17, p. 152.

²⁸ WISSENBACH, Maria Christina Cortez, op. cit., nota 2, pp. 50-56.

²⁹ COELHO NETTO. "Banzo". In: *Banzo*. Porto, Lello & Irmão, 1912, pp. 7-39. Citação: pp. 25 e 26.

³⁰ Idem, ibidem, nota 29, p. 25.

³¹ PATROCÍNIO, José do. *Os retirantes*. 2 ed. São Paulo, Três, 1973. V. 1, 1 ed. 1879, p. 79.

³² CORREA, Viriato. "A besta". In: *Contos do sertão*. Rio de Janeiro, Garnier [1912], pp. 155-167. Citação: p. 161.

- ³³ TEOPHILO, Rodolpho. *Historia da seca no Ceará (1877-1880)*. Fortaleza, Typographia do Libertador, 1883.
- ³⁴ COELHO NETO (RIBAS, Anselmo). "XLIV". In: *Bilhetes postaes (1892-1893)*. Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1894, pp. 182-189. Citação: pp. 188 e 189.
- ³⁵ CUNHA, Euclides da. "Judas Ashverus". In: *À margem da historia*. 2 ed. Porto, Imprensa Moderna, 1913, pp. 85-94. 1 ed. 1909. Citação: pp. 91 e 92.
- ³⁶ TEOPHILO, Rodolpho. *A sedição do Joazeiro*. São Paulo, Revista do Brasil, 1922. Citação: p. 6.
- ³⁷ Idem, *O paroara*. Ceará, Louis Cholowiecki, 1899, p. 187.
- ³⁸ GUEDES, Mario. *Os seringaes: pequenas notas*. Rio de Janeiro, Typographia de Martins de Araújo & C, 1914, p. 80.
- ³⁹ Idem, *ibidem*, nota 38, p. 81.
- ⁴⁰ Idem, *ibidem*, nota 38, p. 97.